



**MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

PARECER

Processo nº: 004429/2020-TC

Interessado: Prefeitura Municipal de João Câmara/RN

Assunto: Apuração de responsabilidade referente ao atraso na prestação das Contas Anuais de Gestão – exercício 2019.

CONTAS ANUAIS DE GESTÃO. RESOLUÇÃO Nº 012/2016-TCERN. ATRASO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE. IRREGULARIDADE DA MATÉRIA. APLICAÇÃO DE MULTA.

Em virtude da intempestividade da prestação das Contas Anuais de Gestão, relativas ao exercício de 2019, deve ser aplicada a multa prevista no art. 21, inc. I, alínea 'b', § 2º, da Resolução nº 012/2016-TCERN.

Parecer pela irregularidade da matéria e aplicação da penalidade pecuniária cabível.

I. RELATÓRIO.

Trata o presente processo da apuração de responsabilidade pela apresentação intempestiva, a este Tribunal de Contas, das **Contas Anuais de Gestão relativas ao exercício de 2019**, em **descumprimento ao prazo estabelecido – 30.06.2020** –, conforme exigido na Resolução nº 012/2016-TCERN.

Após elaboração da informação técnica inaugural, que apontou o atraso noticiado, o gestor foi devidamente citado e apresentou defesa aduzindo, em apertada síntese, litispendência da presente apuração com os autos do processo nº 003495/2020-TC, que trata das Contas do Chefe do Poder Executivo no mesmo exercício, a ocorrência de problemas técnicos e a não configuração de ato de improbidade administrativa.

Ao contínuo, o processo foi remetido à apreciação deste Ministério Público de Contas, para seu pronunciamento final.



**MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

É o que importa relatar.

II. FUNDAMENTAÇÃO.

A Resolução n. 012/2016-TCERN instituiu, para os jurisdicionados deste Tribunal de Contas devidamente individualizados, a obrigatoriedade de apresentar as Contas Anuais de Gestão, em meio eletrônico e através do Portal do Gestor, organizadas na forma e no prazo definidos no referido instrumento normativo.

Especificamente no tocante à apresentação das Contas Anuais de Gestão relativas ao exercício de 2019, tem-se que o prazo final para exibição das contas é a data de 30 de junho de 2020, segundo disposto no artigo 10, *caput*, da Resolução n. 012/2016-TCERN¹,

Compulsando-se os autos, verifica-se que, mesmo após a apresentação de defesa, subsiste o motivo que enseja a aplicação de multa ao responsável, apurado com base em critério exclusivamente objetivo, em virtude do retardo no envio das Contas Anuais de Gestão, pois não atendido o prazo disposto na normatização de regência.

Oportunamente, acrescente-se que a entrega intempestiva das Contas Anuais de Gestão, apesar de não configurar omissão do dever de prestar contas – situação na qual as mesmas seriam havidas como irregulares, nos termos delineados no artigo 16, *caput*, da Resolução n. 012/2016-TCERN –, não exime o responsável de ser devidamente penalizado com a aplicação da sanção cabível.

Assim, não tendo o responsável apresentado justificativa adequada, a multa correspondente deverá ser aplicada pela E. Câmara deste Tribunal.

¹ De acordo com a alteração promovida pelo artigo 1º, da Resolução n. 028/2017-TCERN.



**MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

III. CONCLUSÃO.

Diante das considerações tecidas, opina este Ministério de Contas pela **IRREGULARIDADE DA MATÉRIA**, na forma do art. 75, I da LC 464/2012, bem como aplicação **da penalidade pecuniária cabível ao Sr. Manoel dos Santos Bernardo**, nos termos do artigo 21, inciso I, alínea 'b', § 2º, da Resolução n. 012/2016-TCERN.

Natal/RN, 1 de fevereiro de 2021.

Luciano Silva Costa Ramos
Procurador do Ministério Público de Contas